



## FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC CONCURSO PÚBLICO – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EDITAL Nº 01/2014

### Cód. 11 – Professor de Educação Profissional Subeixo XVIII – Direito

#### Aconchego e proteção

O psicanalista Donald Winnicott trabalhava com crianças separadas de suas famílias em consequência da Segunda Guerra Mundial quando encontrou um interessante campo de estudo que lhe permitiu perceber etapas fundamentais do desenvolvimento da pessoa. Donald Winnicott constatou, por exemplo, a importância do brincar e dos primeiros anos de vida na construção da identidade pessoal. As conclusões a que ele chegou são preciosas para o trabalho dos educadores.

Boa parte dos conceitos de Winnicott se refere ao "desenvolvimento emocional primitivo", cujos efeitos, segundo ele, são de importância crucial para o indivíduo por se estenderem para além da infância. Muitos problemas da fase adulta estariam vinculados a disfunções ocorridas entre a criança e o "ambiente", representado geralmente pela mãe.

Os conceitos de verdadeiro e falso self (em inglês, palavra que se refere à própria pessoa) são um bom exemplo. "O self se forma com base nas experiências que o bebê acumula", diz o psicanalista Davy Bogomoletz, de São Paulo. "É aquilo que, embora indefinível, faz o indivíduo sentir que ele é único." A relação com a mãe leva o bebê a administrar a própria espontaneidade e as expectativas externas. "Se a mãe aceitar as manifestações do bebê - como a fome, o desconforto, o prazer e a vontade -, em vez de impor o que acredita ser o certo, o bebê vai acumulando experiências nas quais ele é sempre o sujeito, e o self que se forma pode então ser considerado verdadeiro", explica Bogomoletz. Porém o self construído em torno da vontade alheia é o que Winnicott chama de falso e que priva o indivíduo de liberdade e de criatividade.

Uma das frases famosas de Winnicott é "não existe essa coisa chamada bebê", querendo dizer que não há criança sem uma mãe (que não precisa ser necessariamente a que deu à luz). Vem daí a ideia da "mãe suficientemente boa", aquela cuja percepção - consciente ou inconsciente - das necessidades do bebê a leva a responder adequadamente aos diferentes estágios do desenvolvimento dele. Isso faz com que se crie um ambiente - nomeado por Winnicott de holding (cuja melhor tradução para o português, segundo Bogomoletz, seria "colo") - propício a um processo de formação de um ser humano independente. "O holding é o somatório de aconchego, percepção, proteção e alegria fornecidos pela mãe", diz ele. Começa como algo vital, como o oxigênio e a alimentação, e se dilui conforme o bebê cresce.

"Os educadores devem fornecer holding no ambiente escolar", segundo Bogomoletz. Isso significa tratar cada aluno como ele precisa. O termo "inclusão", se levado a sério, indica uma atitude de holding. O acolhimento adequado pode, portanto, ajudar uma criança regida por um self falso - geralmente boazinha e obediente - a se tornar mais espontânea. "No entanto, é preciso que a escola aceite as temporadas de 'mau comportamento'." Trata-se de adotar sempre uma postura tolerante e criar condições para que a criança desfrute de liberdade. Nada mais importante, nesse sentido, do que o papel da brincadeira - fundamental para Winnicott, não apenas na infância, por misturar e conciliar o manejo do mundo objetivo e a imaginação. "Brincar pressupõe segurança e criatividade", diz Bogomoletz. "Crianças com problemas emocionais graves não brincam, pois não conseguem ser criativas."

O movimento da psique entre o mundo das coisas e as fabricações da mente é uma atividade "transicional", adjetivo fundamental na obra de Winnicott. O conceito mais conhecido é o de "objeto transicional", representado classicamente pelo cobertorzinho a que muitos pequenos se agarram numa determinada fase. "Esse objeto é ao mesmo tempo uma coisa objetiva - existe num mundo compartilhado - e subjetiva - para seu dono, ele faz parte de uma fantasia, possui vida própria", explica Bogomoletz.

Dessa forma, o objeto transicional prolonga o período em que o bebê se acredita onipotente, enquanto ele substitui essa crença com a aceitação de uma realidade sobre a qual não tem controle nem pode modificar por meio da imaginação. O bebê se vê com poderes mágicos e, com o tempo, percebe a ilusão. Mas, com as brincadeiras e o aprendizado do mundo, a criança, o adolescente e o adulto retêm o poder de criar e adaptam-se às possibilidades reais. "A fantasia é realmente a marca do humano", diz Bogomoletz. "Já a objetividade é uma habilidade que se aprende, como uma segunda língua."

"A escola tem a obrigação de ajudar a criança a completar essa transição do modo mais agradável possível, respeitando o direito de devanear, imaginar, brincar", prossegue o psicanalista. O respeito que os pequenos terão pela objetividade será incorporado por eles, jamais imposto de fora para dentro. Quando livres para criar, eles, segundo Winnicott, veem no estudo um modo de exercitar o poder de invenção. Se, no entanto, o ambiente escolar não for aberto à brincadeira, "os recreios serão tanto mais selvagens quanto as aulas forem mais opressoras ou supostamente sérias".

Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/pensadores-da-educacao/>

1. Após a leitura do primeiro parágrafo e segundo parágrafo do texto, podemos afirmar que o psicanalista Donald Winnicott:

- ( ) Durante os anos da 2ª Guerra Mundial trabalhou com crianças separadas de suas famílias e percebeu etapas fundamentais do desenvolvimento do indivíduo.
- ( ) Segundo ele, além do ato de brincar, os primeiros anos são muito importantes na construção da identidade pessoal.
- ( ) Para ele, a mãe geralmente tem papel importante no desenvolvimento emocional nos primeiros anos.

Analise as afirmativas acima e classifique-as como (V) verdadeira ou (F) falsa. A seguir, assinale a alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo.

- A) V – F – V.
- B) F – F – F.
- C) F – V – V.
- D) V – V – V.

2. Segundo Winnicott “Mãe”:

- I- é a que cria.
- II- é a suficientemente boa.
- III- é a que dá o “*holding*”.

De acordo com o quarto parágrafo, estão corretos:

- A) Apenas os itens I e II.
- B) Apenas os itens I e III.
- C) Todos os itens.
- D) Apenas os itens II e III.

3. De acordo com o texto:

- I- O “*holding*” deve continuar no ambiente escolar, mas cabe ao educador ser tolerante para não privar a criança da sua liberdade.
- II- É fundamental que a criança misture e concilie o mundo objeto e a imaginação.

- A) I e II são verdadeiras.
- B) I é verdadeira e II é falsa.
- C) I é falsa e II é verdadeira.
- D) I e II são falsas.

4. De acordo com o texto lido podemos concluir que para Winnicott a escola:

- é importante no processo de construção da identidade humana.
- é um facilitador do desenvolvimento infantil, oferecendo à criança condições para seu crescimento.
- tem papel importante no desenvolvimento emocional de criança.
- assume funções diferentes de acordo com o amadurecimento do aluno.

- A) Apenas três itens estão corretos.
- B) Todos os itens estão corretos.
- C) Apenas dois itens estão corretos.
- D) Apenas um item está correto.

5. No trecho: “A relação com a mãe leva o bebê a administrar a própria espontaneidade e as expectativas externas.”, a palavra destacada significa:

- A) falsidade.
- B) naturalidade.
- C) simulação.
- D) fingimento.

6. Assinale a alternativa em que as palavras, retiradas do texto, são acentuadas pela mesma regra de acentuação.

- A) além – inglês – será – retêm.
- B) único – construído – mágicos – infância.
- C) daí – porém – bebê - português.
- D) indivíduo – experiências – espontânea – possível.

7. Observe as palavras destacadas nos trechos retirados do texto.

"Os educadores devem fornecer holding no ambiente escolar', segundo Bogomoletz."

"O conceito mais conhecido é o de "objeto transicional", representado classicamente pelo cobertorzinho a que muitos pequenos se agarram numa determinada fase."

Assinale a alternativa que indica corretamente as classes gramaticais das palavras destacadas acima, de acordo com o emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.

- A) I- numeral – II- advérbio – III- advérbio – IV- pronome.
- B) I- conjunção – II- preposição – III- advérbio – IV- conjunção.
- C) I- substantivo – II- pronome – III- adjetivo – IV- conjunção.
- D) I- preposição – II- advérbio – III- pronome – IV- pronome.

8. Passando a frase destacada no período abaixo para a Voz Passiva, assinale a alternativa que apresenta a locução verbal correta.

"No entanto, é preciso que a escola aceite as temporadas de 'mau comportamento'."

- A) sejam aceitas.
- B) são aceitas.
- C) seriam aceitas.
- D) devem ser aceitas.

9. Observe a concordância das frases abaixo.

- I- Só um aluno fez a tarefa.
- II- Só alguns alunos fizeram a tarefa.
- III- Ele fez a tarefa só.
- IV- Eles fizeram a tarefa sós.

A concordância está correta:

- A) nos itens I, III e IV, apenas.
- B) nos itens II, III e IV, apenas.
- C) nos itens I, II, III e IV.
- D) nos itens I, II e III, apenas.

10. Observe a regência das frases abaixo.

- I- Este é o aluno que eu te falei.
- II- Depois das aulas você irá em algum lugar?
- III- A escola deve assistir ao aluno.

A regência está INCORRETA:

- A) somente nas alternativas I e III.
- B) em todas as alternativas.
- C) somente nas alternativas II e III.
- D) somente na alternativa III.

11. O Artigo 210 da Constituição Federal de 1988 determina, como dever do Estado, para com a educação:

- A) estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.
- B) exigir o ingresso da criança de seis anos de idade no Ensino Fundamental, ampliando-o para nove anos.
- C) fixar conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
- D) exigir a melhoria da qualidade da educação básica, por meio do desenvolvimento do currículo da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

12. Com relação ao currículo, a alteração feita pela LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013, no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI Nº 9.394, DE 20 de dezembro de 1996), dispõe que:
- A) os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, conforme as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos alunos.
  - B) somente os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, pode ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos estudantes.
  - C) nos documentos curriculares elaborados para os diversos níveis de ensino e as diferentes redes públicas, devem ser explicitados conhecimentos, competências e habilidades variados, com o objetivo de favorecer as aprendizagens.
  - D) nos documentos curriculares elaborados nas diferentes redes públicas, apenas para o Ensino Fundamental e Médio, devem ser explicitados conhecimentos, competências e habilidades variados, com o objetivo de favorecer as aprendizagens.
13. Os instrumentos utilizados no processo de avaliação devem partir de uma especificação muito clara do que pretendem avaliar. Nesse sentido, a elaboração de um instrumento de avaliação deve levar em consideração alguns aspectos importantes. A esse respeito, analise as proposições abaixo, classificando-as como (V) verdadeira ou (F) falsa.
- ( ) A linguagem utilizada deve ser clara, esclarecedora e objetiva.
  - ( ) É preciso contextualizar o que se pretender investigar, pois uma pergunta sem contexto pode gerar inúmeras respostas, inclusive uma totalmente desconectada das possíveis respostas esperadas.
  - ( ) O conteúdo deve estar coerente com os propósitos do ensino e ser significativo para quem está sendo avaliado.
  - ( ) As capacidades de leitura e de escrita, bem como o raciocínio, são aspectos importantes a serem explorados.
- Assinale a alternativa com a sequência correta, de cima para baixo.
- A) F – V – F – F.
  - B) V – F – V – V.
  - C) F – F – V – F.
  - D) V – V – V – V.
14. Trata-se de uma “avaliação contínua do processo das crianças, desvinculada da necessidade de pontuá-la com indicadores numéricos ou de outra ordem, para fins de aprovação. (...) é aquela que orienta os estudantes para realização de seus trabalhos e de suas aprendizagens, ajudando-os a localizar suas dificuldades e suas potencialidades, redirecionando-os em seus percursos”. (In: Indagações sobre o Currículo: Currículo e avaliação. MEC/2007).
- O trecho acima faz referência à avaliação do tipo:
- A) Somativa.
  - B) Classificatória.
  - C) Participativa.
  - D) Formativa.
15. “O que se espera da escola hoje é uma educação de qualidade, tendo como sustentáculos o projeto político-pedagógico e a gestão democrática.” (Ilma. Passos Alencastro Veiga). Para isso, o projeto político-pedagógico deve:
- A) ser um agrupamento de planos de ensino e atividades diversas que, após sua construção, é encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de uma tarefa escolar burocrática.
  - B) estar voltado especificamente à organização do trabalho pedagógico abrangendo a escola como um todo e não à organização da sala de aula.
  - C) ser uma ação intencional, construída e vivenciada em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.
  - D) levar os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, não de forma espontânea, mas por meio de situações que lhes permitam reconhecer que a escola é dirigida de cima para baixo.

16. Nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, “a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores”. (p.17).

Ainda de acordo com esse documento, para que as escolas atendam a tal orientação, além de terem como referência as bases filosóficas e pedagógicas que assumem, devem seguir alguns princípios. Um desses princípios é a “Consciência política e histórica da diversidade”, que deve conduzir:

- I- à compreensão de que a sociedade é formada por grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, mas com valores diferenciados, sendo que apenas alguns desses grupos constroem a história da nação brasileira.
- II- ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira.
- III- à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que principalmente os negros são comumente tratados.
- IV- por meio de questionamentos e análises críticas, à desconstrução de conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos.

Estão corretas as afirmações:

- A) I e II, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

17. Sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no capítulo que se refere à Educação Especial, só NÃO é correto afirmar que:

- A) os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.
- B) os sistemas de ensino devem assegurar professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração de alunos com necessidades especiais nas classes comuns.
- C) os sistemas de ensino devem assegurar terminalidade específica para aqueles alunos que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências.
- D) os sistemas de ensino não podem assegurar a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

18. O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos alunos surdos, dispõe sobre:

- A) a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério.
- B) o ensino da Língua Portuguesa como primeira língua para alunos surdos.
- C) a organização da educação monolíngua no ensino regular.
- D) a inclusão da Libras como disciplina curricular optativa nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério.

19. De acordo com Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, um curso técnico é:

- I- um curso de nível médio que objetiva capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos nas diversas atividades do setor produtivo, aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Fundamental.
- II- um curso de nível superior tecnológico que objetiva capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos nas diversas atividades do setor produtivo, aberto somente a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio.
- III- um curso com denominação e currículo experimentais, de caráter pioneiro para atender a demandas das inovações científicas e tecnológicas ou a demandas regionais específicas.
- IV- um curso que se realiza somente na forma integrada ao Ensino Médio, em que o aluno, com uma única matrícula, frequenta curso cujo currículo foi planejado reunindo os conhecimentos do Ensino Médio às competências da educação profissional.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmação(ões):

- A) IV, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

20. Com relação à Tecnologia da Informação e Comunicação na educação, analise as afirmações abaixo, classificando-as como (V) verdadeira ou (F) falsa.
- ( ) Para estimular professores e gestores escolares a refletirem sobre o porquê e o para que utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação na educação, basta oferecer os instrumentos tecnológicos como meios para desenvolver atividades significativas na escola.
  - ( ) Para promover a chamada inclusão digital é preciso descobrir novos caminhos e modos de atuar que favoreçam um diálogo entre a proposta pedagógica da escola e as novas tecnologias da informação e comunicação.
  - ( ) Os processos formativos voltados para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação devem ocorrer em situações contextualizadas e reais, e as experiências prévias dos educandos devem ser descartadas, para que as novas aprendizagens sejam introjetadas de forma mais significativa.
  - ( ) O professor deve conhecer diferentes mídias que se valem da tecnologia digital, identificar novas linguagens trazidas por essas mídias e compreender o potencial das múltiplas linguagens e mídias para o ensino e a aprendizagem, no âmbito da escola.

Assinale a alternativa com a sequência correta, de cima para baixo.

- A) V – V – V – V.
- B) F – V – F – V.
- C) V – F – V – V.
- D) V – F – V – F.

21. Para a inclusão da educação ambiental nas instituições de ensino são necessárias várias ações. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma ação adequada para tal inclusão.
- A) Incentivo a uma gestão escolar dinâmica, que aproveite as experiências acumuladas, trabalhando com a pedagogia de projetos e promovendo a interdisciplinaridade.
  - B) Inclusão da Educação Ambiental em escolas diferenciadas, como indígenas, ribeirinhas, de pescadores, de assentamentos e de extrativistas.
  - C) Estabelecimento de uma reestruturação da educação em direção à sustentabilidade, inclusive por meio da construção de novos currículos que contemplem a temática ambiental, especialmente no Ensino Fundamental, quando as crianças estão começando a ter noções sobre o meio ambiente.
  - D) Promoção de eventos conjuntos entre as áreas de Educação Ambiental formal e não-formal, com vistas à construção de metodologias e instrumentos voltados à abordagem da dimensão ambiental.
22. A Lei n. 10.639/2003, que altera a LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, refere-se à:
- A) regulamentação da Educação Profissional de Nível Técnico.
  - B) aprovação de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.
  - C) instituição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
  - D) obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.
23. De acordo com a Lei Municipal 8.869/96, compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I- fixar diretrizes para a organização do sistema municipal de ensino.
- II- opinar sobre convênios de ação interadministrativa que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder Público, exceto do setor privado.
- III- pronunciar-se no tocante à instalação e funcionamento de estabelecimento de ensino de todos os níveis situados no Município.
- IV- impor medidas ao Poder Público Municipal para efetiva assunção de suas responsabilidades em relação à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.
- V- estudar, sugerir e deliberar juntamente com a Secretaria Municipal de Educação medidas que visam à expansão qualitativa do Ensino Municipal.

Assinale a alternativa que se refere corretamente às afirmações trazidas acima.

- A) Apenas as afirmativas II e IV estão incorretas.
  - B) Todas as afirmações estão corretas.
  - C) Apenas as afirmações IV e V estão incorretas.
  - D) Todas as afirmações estão incorretas.
24. A Lei Municipal 12.985/07 dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do Município de Campinas e dá outras providências. De acordo com a mesma, é INCORRETO afirmar que a jornada de trabalho dos servidores poderá ser definida, a critério da administração, em:
- A) sempre de 36 (trinta e seis) horas semanais para os servidores nomeados para cargos em comissão, designados para função de confiança e designados para perceber Gratificação de Apoio Técnico.
  - B) 36 (trinta e seis) horas semanais, correspondentes a 216 (duzentas e dezesseis) horas mensais.
  - C) 32 (trinta e duas) horas semanais para os titulares de cargo de Agente de Educação Infantil, devendo cumprir 30 (trinta) horas em serviço e 2 (duas) horas de formação, conforme regulamento.
  - D) 30 (trinta) horas semanais, correspondentes a 280 (duzentos e oitenta) horas mensais.

25. Dentre as finalidades da Lei Municipal 12.987/07, assinale (V) para verdadeiro ou (F) para falso.

- ( ) Racionalização da estrutura de cargos e da carreira.
- ( ) Adequação da jornada de trabalho do docente às normas legais vigentes e manter a administração do vencimento dentro dos padrões estabelecidos por lei, considerando as características da área educacional e os critérios de Evolução Funcional.
- ( ) Legalidade e segurança jurídica.
- ( ) Reconhecimento e valorização dos integrantes do Quadro de Cargos do Magistério pelos serviços prestados, pelo conhecimento adquirido, exceto pelo desempenho.
- ( ) Criar as bases de uma política de recursos humanos capaz de conduzir de forma mais eficaz o desempenho, a qualidade, a produtividade e o comprometimento do integrante do Quadro do Magistério com os resultados do seu trabalho.

A alternativa com a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V – V – V.
- B) V – F – V – F – V.
- C) V – V – V – F – F.
- D) V – V – V – F – V.

26. Assinale a alternativa que corresponde ao “erro de direito”.

- A) Neste tipo de falsa representação intelectual diz respeito à natureza do negócio jurídico celebrado.
- B) O erro de direito consiste no desconhecimento das implicações jurídicas trazidas pelo negócio jurídico.
- C) No erro de direito, o dissenso entre a vontade real e a declarada refere-se à identidade do objeto do negócio.
- D) No erro de direito, o agente identifica corretamente a natureza do vínculo estabelecido, bem como o objeto em função do qual se opera o negócio, todavia, desconhece algumas qualidades ou características essenciais.

27. A respeito do “dolo acidental”, pode ser afirmado que:

- A) dolo acidental é aquele determinante do negócio jurídico celebrado, isto é, a vítima do engano não teria concluído o negócio ou o celebraria em condições essencialmente diferentes, se não houvesse incidido o dolo do outro contratante.
- B) No dolo acidental observa-se, como regra, o fato de ambas as partes procederem com deliberada carga de intencionalidade, com igualdade na torpeza; nesse caso, a lei pune a conduta de ambas as partes, não permitindo a anulação do ato.
- C) dolo acidental é aquele em que as maquinações empreendidas não tem o poder de alterar o consentimento da vítima, que de qualquer maneira teria celebrado o negócio, apenas de maneira diversa, não gera a anulação do negócio, mas apenas a satisfação em perdas e danos.
- D) Para o dolo acidental deve haver intenção de induzir o outro contratante a praticar o negócio, silêncio sobre uma circunstância ignorada pela outra parte, relação de causalidade entre a omissão intencional e a declaração de vontade e ser a omissão de outro contratante e não de terceiro.

28. Apresentam-se como requisitos da coação:

- A) coerção acenando com a possibilidade do exercício regular de um direito e legitimidade da pretensão.
- B) violência psicológica injusta, declaração de vontade viciada como causa do negócio jurídico e relevância do bem ameaçado.
- C) reciprocidade intencional e possibilidade da ocorrência de dano material ou moral.
- D) fraude na conduta, emprego da violência moral e resultado objetivamente considerado.

29. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

- A) os menores de dezesseis anos.
- B) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- C) os que, por enfermidade não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- D) os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

30. Para os menores, cessa a incapacidade:

- A) pela união estável.
- B) pelo exercício de função pública.
- C) pela colação de grau em curso profissionalizante.
- D) pela existência de relação de emprego, desde que, em função dela, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

31. Deve ser registrado(a) em registro público:

- A) a declaração de última vontade.
- B) a emancipação por outorga dos tutores.
- C) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- D) a decisão administrativa declaratória de ausência.

32. São pessoas jurídicas de direito privado:
- A) as organizações religiosas.
  - B) as autarquias.
  - C) as agências executivas.
  - D) os consórcios administrativos.
33. O negócio jurídico é anulável quando:
- A) não revestir a forma prescrita em lei.
  - B) for verificada incapacidade relativa do agente.
  - C) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
  - D) for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
34. No que diz respeito à invalidade do negócio jurídico, pode ser afirmado que:
- A) as nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo permitido ao magistrado supri-las.
  - B) o ato de confirmação não deve conter a substância do negócio celebrado, mas deve consignar a vontade expressa de mantê-lo.
  - C) é escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.
  - D) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação.
35. A Teoria Geral do Estado define a “União Incorporada” como sendo:
- A) uma forma própria da monarquia que ocorre quando dois ou mais Estados são submetidos ao governo de um só monarca.
  - B) o Estado formado pela união de vários Estados, que perdem a soberania em favor do poder central da União Federal, que possui soberania e personalidade jurídica de Direito Público Internacional.
  - C) uma forma própria da monarquia que consiste na união de dois ou mais Estados, conservando cada um a sua autonomia administrativa, a sua existência própria, mas formando uma só pessoa jurídica de direito público internacional sob o mesmo soberano.
  - D) a união de dois ou mais Estados distintos para a formação de uma nova unidade.
36. Apresenta-se como característica do poder constituinte originário:
- A) é incondicionado, posto que não está sujeito a qualquer forma pré-fixada para manifestar sua vontade.
  - B) é limitado porque está adstrito e jungido à tradição jurídica de um povo.
  - C) é subordinado, visto que observa as regras estabelecidas para o seu exercício.
  - D) é incipiente, posto que permite a continuidade da ordem jurídica constitucional.
37. São características do federalismo, dentre outras:
- A) Existência intrínseca do direito de secessão.
  - B) Constância dos princípios fundamentais da Federação e da República, sob as garantias da imutabilidade desses princípios, da rigidez constitucional e do instituto da intervenção federal.
  - C) Distribuição do poder de governo em níveis distintos de subordinação: federal, estadual e municipal.
  - D) Composição bicameral do Poder Legislativo, realizando-se a representação nacional no Senado e a representação dos Estados-Membros na Câmara dos Deputados.
38. No que concerne à Administração Pública, assim dispõe a Constituição Federal:
- A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado o seu acesso aos estrangeiros.
  - B) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, devendo ser prorrogado uma vez, por igual período.
  - C) a administração fazendária e seus servidores fiscais devem ter, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
  - D) as funções de confiança, exercidas por servidores ocupantes de cargos em comissão, destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
39. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos NÃO precisa observar:
- A) os requisitos para a investidura.
  - B) os parâmetros adotados pela Administração Direta e Indireta dos três níveis de poder.
  - C) a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
  - D) as peculiaridades dos cargos.



40. O agente público detentor de cargo vitalício poderá perder o cargo:
- A) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
  - B) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
  - C) em decorrência da necessidade de ajuste fiscal.
  - D) em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
41. São passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público:
- A) as instituições hospitalares privadas gratuitas.
  - B) as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas.
  - C) as cooperativas.
  - D) as organizações partidárias e assemelhadas.
42. A respeito das pessoas jurídicas que integram o denominado “Sistema S”, pode ser afirmado o que segue:
- A) São entes estatais, com administração e patrimônio próprio, revestindo a forma de instituições convencionais (fundações, sociedades civis e associações) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias.
  - B) Recebem oficialização do Poder Público e autorização legal para arrecadarem e utilizarem na sua manutenção contribuições parafiscais, vedado o emprego de subsídios diretamente empenhados por recursos orçamentários da entidade que as criou.
  - C) São aqueles instituídos por lei, com personalidade de Direito Privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por doações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.
  - D) Em sua condição de integrantes da Administração Indireta, obrigam-se à estrita observância dos princípios da licitação, da exigência de concurso público para contratação de pessoal, à prestação de contas, à equiparação de seus empregados aos serviços públicos para fins criminais e para fins de improbidade administrativa.
43. A ideia de que o “reconhecimento de que a ação individual não é suficiente para debelar as necessidades decorrentes das contingências sociais, razão da ação comum de todos os membros da sociedade no intuito de efetivar a proteção social em face dessas necessidades”, está atrelada ao seguinte princípio do Direito Previdenciário:
- A) da seletividade na prestação de benefícios.
  - B) da distributividade na prestação de serviços
  - C) da solidariedade.
  - D) da equivalência dos benefícios.
44. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto, dentre outras, dos seguintes recursos:
- A) receitas das taxas de custeio.
  - B) receitas das contribuições sociais.
  - C) receitas dos preços públicos.
  - D) receitas dos empréstimos compulsórios.
45. Apresenta-se como segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado:
- A) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.
  - B) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
  - C) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
  - D) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
46. Descaracteriza a condição de segurado especial:
- A) ser beneficiário ou fazer parte de grupo familiar que tem algum componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo.
  - B) a associação em cooperativa agropecuária.
  - C) a participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado, em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar.
  - D) a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano.

47. Constituem outras receitas da Seguridade Social:

- A) as multas, a atualização monetária e os juros moratórios.
- B) 70% (setenta por cento) do resultado das expropriações de terras onde se encontre o plantio de plantas e culturas psicotrópicas.
- C) 30% (trinta por cento) do resultado das desapropriações de propriedades urbanas que não cumprem a função social.
- D) 50% (cinquenta por cento) do resultado dos leilões dos bens apreendidos pelo Departamento da Receita Federal.

48. A respeito do “contrato de trabalho”, assinale a alternativa correta.

- A) Contrato por obra certa é o ajuste por prazo determinado que proporciona ao empregador a oportunidade de observar, durante o período, o desempenho funcional do empregado na execução de suas atribuições e ao empregado a possibilidade de examinar as condições de trabalho oferecidas e sua adaptação e integração, além de simplificar os procedimentos por ocasião de seu término normal.
- B) Contrato de experiência é o acordo individual de trabalho em que as partes estabelecem as cláusulas relativas às relações de trabalho, como salário, cargo, função, horas de trabalho, dentre outras, e fixam também a data em que ocorrerá a sua extinção, que não poderá exceder os limites fixados em lei.
- C) O contrato de experiência, forma de contrato a termo, não pode exceder 60 dias.
- D) Contrato de experiência é aquele celebrado entre as partes pelo período de duração da obra, constituindo-se em contrato por prazo determinado, bem como de realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.

49. No tema da jornada de trabalho, não caracteriza horas de sobreaviso:

- A) a submissão, à distância, do controle patronal por instrumentos informatizados, seguido da permanência em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.
- B) o fato do empregado permanecer à disposição do empregador por um período de vinte e quatro horas, para prestar assistência aos trabalhos normais ou atender a necessidades ocasionais de operação.
- C) a submissão ao controle patronal por meio de telefone celular, seguido da permanência em regime de plantão, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.
- D) a utilização de celular da empresa, desconectada da exigência do estado de alerta do empregado e a limitação do seu tempo.

50. Descortina-se como direito social dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros:

- A) duração do trabalho normal não superior a quarenta e quatro semanais, vedada a redução da jornada.
- B) proteção do salário na forma da lei, constituindo contravenção penal sua retenção dolosa.
- C) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- D) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, como regra.